

DIAS, Maria Clara (org.). **O que é filosofia?** Ouro Preto: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura / Universidade Federal de Ouro Preto, 1996, 154 p.

*Marcos César Seneda**

O livro *O que é filosofia?* foi organizado por Maria Clara Dias, a partir de um ciclo de conferências realizadas em agosto de 1995 na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Traduzido pela organizadora, marca também esta edição um artigo inédito de Ernst Tugendhat, que corresponde às duas primeiras aulas do curso *Vorlesungen über Methode der Philosophie*, ministrado na Universidade Livre de Berlim em 1982.

Direcionadas pela pergunta-título do livro, as conferências reunidas neste volume questionam a própria validade da atividade filosófica, embora seja impossível proceder a esse questionamento sem filosofar e sem buscar lugar no interior da tradição filosófica. A característica central das respostas é a justificação, como se fosse impossível qualquer definição da filosofia que não partisse de: *por que filosofia?* A insistência na justificação indica mesmo uma incomum desconfiança, da qual estão livres todos os ofícios, exceto a filosofia. Que a medicina cuide do corpo, ou que a astronomia estude a trajetória dos astros, é algo que se apresenta como um dado do ofício; mas a filosofia nunca está dada, e o primeiro passo do seu fazer põe-se como uma reivindicação de fundamento.

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia

É possível demarcar um campo legítimo da investigação filosófica? Há como se atribuir sentido a uma diacronia da exclusão, que elimina os problemas que não podem receber tratamento a partir do fundamento almejado? Essas questões adquirem relevo no correr da leitura, porque a definição da filosofia implica demarcação e exclusão, ou seja, implica um posicionamento perante a tradição. Por isso a pergunta *o que é filosofia?* traz perplexidade, porque requer construção num terreno em disputa há vinte e seis séculos; e toda vez que uma resposta exclui parte extensa dessa diversa tradição, reduz também para si o próprio solo sobre o qual pode se estabelecer. A definição mais abrangente, no presente livro, é a que toma a filosofia como um uso da linguagem, e procura justificar quais desses usos são legítimos e fundamentados.

Nessas definições de filosofia, Wittgenstein é autor amplamente citado. A migração do debate para o campo da linguagem já indica a nota principal da definição buscada: a filosofia como esclarecimento de uma compreensão de mundo já desde sempre embutida na prática da linguagem; abandono de objetos arcaicos, mas também restrição da disciplina ao que a define como realidade lingüística; ou seja, a pergunta pelo todo se restringe ao seu fundamento lingüístico, e a linguagem emerge como objeto eminente. Podemos nos perguntar se a possibilidade ou impossibilidade da filosofia pode ser investigada a partir somente da linguagem e se a linguagem, ao dobrar-se sobre si mesma, pode propor a eliminação de problemas filosóficos que julgue formuláveis; coloca-se em questão, em todo caso, a autonomia da filosofia.

Quanto à discussão desta autonomia, o artigo de E. Tugendhat é o mais exemplar. Partindo do conceito de menoridade em Kant - “incapacidade de servir-se do entendimento sem o governo de outrem” -, E. Tugendhat coloca o problema da fundamentação do

saber que nos vincula ao todo e legitima nossa prática. Se a filosofia não consegue abdicar de se situar numa totalidade, se não consegue banir o caráter não empírico de suas questões, pode ela se constituir num saber? Caso não possa, “como será possível seguir vivendo sem esse saber; um retorno consciente à menoridade não existe, há quando muito um retorno inconsciente” (p. 15). Se não podemos retornar ao seio e à autoridade das velhas igrejas - para usar uma expressão de Max Weber -, a não ser fazendo o sacrifício do intelecto, cumpre então, como filósofos, perguntarmos pela totalidade na qual estamos inseridos e quais responsabilidades podemos assumir dentro dela. Isto envolve, para E. Tugendhat, um “aclaramento de conceitos que já compreendemos desde sempre” (p. 33), para que possamos justificar o conceito de filosofia como orientação no mundo.

A proposta de E. Tugendhat indica um âmbito legítimo para a filosofia, delimitando questões que, mesmo frente às ciências particulares, só ela está apta a investigar. Já outras respostas recusam esse âmbito considerado válido, reduzindo o papel da filosofia a uma crítica lingüística, incapaz de se constituir em corpo teórico. As conseqüências são de alto risco, pois realizar todo o potencial da filosofia na crítica da linguagem produz uma *Aufhebung* tão intensa, que quase suprime a própria disciplina. Comentando a resposta do *Tractatus* a “o que é filosofia?”, P. R. Margutti diz que “a crítica clarifica a lógica da linguagem de maneira tal que se torna patente a impossibilidade do discurso filosófico” (p. 107). Nesse ponto, retorna a questão de E. Tugendhat: se há de fato impossibilidade de se fundamentar o saber que nos orienta em meio à vida - resposta que não pode ser descartada -, estamos então fadados ao retorno à menoridade?

Os sintomas da dissolução da disciplina aparecem em vários artigos. H. Etcheverry conclui pela indecidibilidade; já que é impossível se demarcar o objeto da filosofia, o que existem são filosofias. Mas esse

plural, filosofias, indica apenas a ausência de contornos: a disciplina perdeu sua jurisdição, está à deriva. O mesmo ocorre quando a disciplina aparece como uma enfermidade, um jogo lingüístico ilegítimo. S. R. Palavecino indica como o Programa Forte da Sociologia do Conhecimento expandiu a crítica de Wittgenstein à metafísica também à teoria do conhecimento e à epistemologia. Resulta, então, um tipo de saber que deve pôr-se no âmbito de uma sociologia da comunidade ou das instituições científicas. Essa crítica da linguagem, tomada inicialmente como assepsia, volta-se a seguir contra a filosofia, recusando todo o saber, reivindicado a partir de uma totalidade, como um feitiço lingüístico. A filosofia, em conseqüência, deveria se fixar no uso da linguagem que os homens fazem quando, dentro das legitimadas instituições de pesquisa, produzem conhecimento. Ela torna-se, assim, ancila das ciências particulares, encarregada de esclarecer as práticas legítimas da comunidade científica. S. R. Palavecino pondera com cautela os perigos dessa crítica exacerbada, que ameaça os próprios limites da disciplina, e bem alerta: “não seja que, curando-nos da filosofia, outros males, talvez piores, nos venham acontecer” (p. 126).

A problemática aqui destacada indica a perda de autonomia da filosofia. Ela deve abandonar o solo no qual surgiu, deve, portanto, desvincular-se da própria tradição, pondo-se a serviço - essa seria uma das alternativas - das ciências positivas. O risco apontado é a perda dos contornos da disciplina, o que a coloca como um instrumento: posta a serviço de outras ciências, mas não voltada para um campo próprio de investigação. Nem a história da filosofia seria poupada. S. R. Palavecino questiona o motivo de “seguirmos chamando a Wittgenstein de filósofo, quando sua tarefa justamente pretende diferenciar-se da filosofia para dissolvê-la” (p. 120). Como se estivéssemos, graças a essa crítica lingüística, aptos a resolver um dispendioso mal-entendido, que são dois milênios e meio de investigação filosófica.

Deparamo-nos, então, com nossa autonomia confiscada; mas esse confisco, no entanto, é operado pela própria disciplina. O livro, que ora resenho, é testemunha dessa contradição: procura situar a fundamentação no universo da linguagem, sendo o fundamento a própria fabricação de sentido que se obtém através do uso da linguagem. Não é uma postura cética, nem crítica, mas de desconfiança. Restringida ao seu domínio lingüístico, a filosofia se pergunta pelo poder que tem de construir os objetos de que necessita.